

Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural

Entrepreneurship and development in the rural area of Brazil

José Eli da Veiga*

Resumo: Evidências empíricas advindas de pesquisa de campo em áreas rurais do Estado de São Paulo mostram importantes caminhos para a promoção de iniciativas individuais e coletivas que poderão promover o tão almejado desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Desenvolvimento Territorial, Ruralidade, Empreendedorismo, Brasil, Estado de São Paulo

Abstract: Empirical evidences from field research in rural São Paulo State show some important ways to fostering individual and collective initiatives in the direction of sustainable rural development.

Key words: Sustainable development , Territorial development, Rurality, Entrepreneurship, Brazil, Sao Paulo State.

* Professor da USP (FEA-Dep.Economia & Procam); e-mail:zeeli@usp.br

Introdução

A própria noção de empreendedorismo é o objeto da primeira seção. Apesar de ter se tornado de uso bem generalizado nos últimos anos, essa noção está longe de ser bem entendida pelos seus usuários. Pior, ela vem sendo, crescentemente, utilizada em sentidos bem diversos, que se distanciam cada vez mais de seu conteúdo (também ambíguo) nas teorias econômicas.

A segunda seção é consagrada a um esclarecimento do que hoje se entende por “abordagem territorial do desenvolvimento rural”. Infelizmente, ainda, é muito freqüente que se confunda a natureza espacial das noções de “urbano” e de “rural” com os setores da economia. No senso comum, o chamado “mundo rural” seria eminentemente agropecuário, e o chamado “mundo urbano” abarcaria todas as demais atividades econômicas. Como não se trata aqui da especificidade do empreendedorismo agropecuário (ou “no campo”), torna-se absolutamente necessário explicitar o que neste artigo se entende por “rural”.

Os resultados empíricos deste estudo realizado no estado de São Paulo são apresentados, na terceira seção. Eles podem ser fundamentais para o debate sobre os melhores caminhos para o fomento das iniciativas individuais e coletivas que poderão promover o tão almejado “desenvolvimento rural sustentável”.

1. O que é empreendedorismo?

A dificuldade de se estimar o grau de empreendedorismo de um território começa pela fluidez da própria noção. Quando existe certo consenso sobre alguma definição de empreendedorismo, isto não significa que também haverá acordo sobre os

indicadores que seriam considerados os mais significativos e confiáveis.

O primeiro a enfatizar a importância do tema para o pensamento econômico foi o banqueiro irlandês Richard Cantillon, em seu *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, publicado em 1755, em Paris.¹ Nos quase 250 anos que nos separam desse grande precursor dos fisiocratas, a verdadeira natureza do empreendedorismo nunca chegou a ser descrita de forma a que houvesse aceitação geral. Talvez porque o comportamento empreendedor esteja em permanente renovação, fazendo com que uma descrição analítica aceitável em determinado período logo depois pareça anacrônica. Pior, sempre será difícil reduzir as características multifacetadas dos empreendedores a algum tipo de formalização mecânica que seja adequada à moderna teoria econômica. Isto, talvez, explique porque as teorias mais convencionais (e mais aceitas) dêem tão pouca atenção ao assunto.

Não foi, evidentemente, o caso de Schumpeter (1939, 1968, 1982, 1984), que tanto insistiu na importância da inovação (não apenas tecnológica, como muitos de seus seguidores fazem pensar). Nem de Knight (1940), que seguiu Cantillon (2002) e associou o papel do empreendedor essencialmente à aceitação do risco, além de considerá-lo inseparável do controle da firma.² Nem de autores mais modernos, que chegam a definir o empreendedor como alguém que se especializa em tomar decisões razoáveis sobre a coordenação de recursos escassos, proposição tão ampla que talvez seja mais adequada ao agente econômico em geral. Ou outros que enxergam empreendedorismo em toda e qualquer atividade não-rotineira daqueles que dirigem atividades econômicas de grandes ou pequenos grupos e/ou organizações... Há até quem aceite definições ainda mais genéricas, como: “um empreendedor é uma pessoa que

¹ Hoje Cantillon seria classificado de investidor em capital de risco. Vivia em Paris, mas procurava por toda parte nichos de mercado para investimentos lucrativos. (Filion, 1999:17).

² Ver o interessantíssimo artigo de Kanbur (1980).

imagina, desenvolve e realiza visões.”³

Nessa linha de pensamento, fica bem ampla a área de abrangência da noção de empreendedorismo. Além da criação de empresa *strictu sensu*, o tema envolveria – pelo menos - mais uns quatro tópicos:⁴ “a) geração de auto-emprego (trabalhador autônomo); b) empreendedorismo comunitário (como as comunidades empreendem); c) intra-empreendedorismo (o empregado empreendedor); d) políticas públicas (políticas governamentais para o setor)”. É fato inquestionável que nos últimos anos ficou legitimado o uso de expressões, tais como: “empreendedorismo social” e “empreendedorismo público”.

Embora a expressão “empreendedor social” possa estar sendo erroneamente usada para descrever líderes comunitários e gerentes de organizações sem fins lucrativos, as características de um “empreendedor social”, tal como apontadas por Schindler & Naigeborin (2003), são específicas de um tipo de profissional único em sua visão, inovação e capacidade de provocar mudanças sociais. “*Ele(a) não irá se preocupar em abrir uma creche, uma escola ou um abrigo. Sua preocupação será a mudança de todo o sistema ou da metodologia de se trabalhar a educação ou a saúde.*” No texto citado, as autoras explicitam a visão da ONG internacional Ashoka, especializada no assunto, mas incluem também um interessante quadro com outras dez definições de “empreendedor social”. (Schindler & Naigeborin, 2003:7-11).

A expressão “empreendedorismo público” parece bem mais próxima da noção original, pelo menos na

maneira em que é utilizada por Ostrom (1965, 1990) e outros pesquisadores interdisciplinares com mais raízes na ciência política, por exemplo: Oakerson & Parks (1988). A obra de Elinor Ostrom é a melhor refutação da famosa tese sobre a “tragédia dos comuns” de Hardin (1968) e uma contribuição teórica fundamental para a pesquisa sobre as instituições, principalmente, no que se refere aos arranjos que resultam de conflitos ligados a bens de uso comum (*common pool resources*, CPR). Quando Ostrom utiliza a expressão “empreendedorismo público”, ela parece estar se referindo, especificamente, ao processo de construção de empresas públicas para a resolução de conflitos entre os usuários desses tipos de bens. A pesquisa básica realizada pela autora no início dos anos 60 - e revisitada vinte anos depois por um de seus principais orientandos Blomquist (1987) refere-se ao processo de gestão de parte dos lençóis freáticos de Los Angeles pela empresa pública *Central and West Basin Water Replenishment District*. Ou seja, o empreendedorismo público contido na criação dessa empresa é uma evidência crucial de evolução das instituições para a ação coletiva, subtítulo de seu livro de 1990: *Governing the Commons*.

Não cabe aqui, enveredar por idéias que são óbvias extensões da noção original de empreendedor, antes circunscrita ao âmbito da atividade econômica da empresa privada.⁵ Se tal fosse o objetivo deste trabalho, seria fundamental abordar a relação dialética entre inovação e conflito, como uma espécie “motor da história”.⁶ Para Cantillon (2002), o empreendedor era simplesmente aquele que comprava matéria-prima por um determinado preço para revendê-la

³ Definição que estaria em Filion (1991), segundo Dolabela (1999), que a adota.

⁴ Conforme Dolabela (1999:29), um dos principais divulgadores do empreendedorismo no Brasil.

⁵ Nos anos de 1970-1980, a produção intelectual sobre o empreendedorismo foi dominada pelos behavioristas, devido ao progresso das ciências do comportamento que resultou, em grande parte, da contribuição de David McClelland (1971). Até os anos 90, houve proliferação de pesquisas sobre as características e os traços de personalidade dos empreendedores. *Muito embora os resultados tenham sido surpreendentes, não foi possível traçar um perfil psicológico do empreendedor. Em verdade, essas pesquisas mostram resultados muito contraditórios.* (Filion, 1999:18).

⁶ Ver Veiga (2000).

a preço incerto. Se o empreendedor lucrava, além do esperado, é por que fizera algo de novo e de diferente: havia inovado, portanto. Clara diferença entre os lucros do empreendedor e aqueles do capitalista foi estabelecida um século depois, na obra de Say (1803). A grande consagração da idéia de empreendedor como inovador ocorreu já no século XX, a partir da obra de Schumpeter (1939, 1968, 1982, 1984), que não o entendia, necessariamente, como o organizador de uma empresa, aproximando-se mais do que hoje é denominado “intra-empendedor”. Os tipos de inovações considerados pelos economistas sempre estiveram ligados às atividades empresariais privadas, e não a quaisquer outros tipos de iniciativas organizacionais ou atividades criativas, como vem ocorrendo nas últimas décadas, desde que pesquisadores, de praticamente todas as áreas de conhecimento, passaram a se interessar pelo tema.

Pode-se dizer, então, sem exagerar, que existe hoje uma espécie de pântano intelectual a respeito do empreendedorismo.⁷ A melhor maneira de atravessá-lo, pisando em terra firme, só pode ser a de procurar orientação na incomparável coletânea organizada por Casson (1990) para ser o terceiro volume da coleção *The International Library of Critical Writings in Economics*. A estrutura da obra, resumida no Anexo 1, pode ajudar a esclarecer quais são as melhores vertentes para o avanço das pesquisas sobre empreendedorismo. Permite, também, precisar que o presente trabalho se encaixa claramente no tópico “Emprego e crescimento regional” (o terceiro da segunda parte).⁸

A motivação prévia deste estudo é a criação de empregos, de preferência formais. Como uma de suas principais determinantes é a expansão do número de empresas, esta é a dimensão da noção de empreendedorismo que será privilegiada. Ou seja, o objetivo mais geral deste esforço de pesquisa é procurar entender os determinantes da proliferação de

empresas, fenômeno que ocorre de forma extremamente desigual no espaço, além de envolver grande variedade de formas de relacionamento entre grandes e pequenas empresas. É o que mostram os três artigos selecionados por Casson (1990) para compor o tópico “emprego e crescimento regional”. Deles podem ser tiradas as três seguintes assertivas:

a) Existem muitas evidências convincentes de que são diferenças regionais de empreendedorismo que geram desigualdades espaciais de emprego, renda e crescimento. A referência, neste caso, é a análise espacial de O’Farrell & Crouchley (1984) (in: Casson, 1990, veja Anexo 1) sobre a formação de novas empresas na Irlanda. Segundo Casson (1990), tais evidências parecem confirmar os argumentos de Myrdal (1960) sobre o processo de “causação cumulativa” que gera sérias disparidades regionais mediante combinação de economias de aglomeração e migrações.

b) Também, há evidências de que os trabalhadores que ficam desempregados devido ao encerramento de atividades de grandes empresas têm menos sucesso na abertura de novos negócios independentes do que trabalhadores que deixam voluntariamente empresas de menor porte nas quais tinham mais responsabilidade. A referência, neste caso, é o artigo de Jonhson & Cathcart (1979) sobre a formação dos novos empreendedores em duas regiões da Inglaterra.

c) Sob o prisma territorial, a concorrência entre empresas de vários tamanhos é menos importante do que suas relações de simbiose. A referência básica é o texto de Brusco (1982) sobre o desempenho da Emília-Romagna, uma boa ilustração daquilo que veio a ser estudado como a rede de “distritos industriais” da Terceira Itália.

O problema científico deste esforço de pesquisa pode ser formulado, então, mediante uma pergunta bem direta: será que não existe divergência entre a pri-

⁷ O próprio Filion, uma das principais autoridades no assunto, diz que “iniciar-se na pesquisa no campo do empreendedorismo é como entrar em um imenso bazar. Encontra-se de tudo para todos”. (Filion, 1999:21).

⁸ E, em certa medida, também no tópico “Desenvolvimento e declínio” (o último da terceira parte).

meira e as outras duas assertivas? Isto é, será que as origens dos empreendedores potenciais e as relações de simbiose existentes entre as empresas de vários tamanhos não contrariam, em vez de reforçar, a famosa tese da “causação cumulativa” de Myrdal (1960)?⁹

Eis a tese de Myrdal (1960:43):

A principal idéia, que desejo veicular, é que o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais.

Se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação, e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado.

Eventualmente, essas localidades e regiões favorecidas oferecem condições naturais particularmente boas para as atividades econômicas que nelas se concentram. Em muitos casos, isso ocorreu quando essas regiões começaram a obter vantagens competitivas. Como é natural, a geografia econômica constitui o cenário. Os centros comerciais localizaram-se, obviamente, onde havia condições naturais favoráveis à construção de um porto e os centros de indústria pesada situaram-se, em regra, não muito longe das fontes produtoras de carvão e ferro.

Mas, em linhas gerais, o atual poder de atração de um centro econômico se origina, principalmente, de um fato histórico fortuito, isto

é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento, e não em vários outros lugares, onde podia do mesmo modo ter começado com igual ou maior êxito. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificaram e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma. Tais economias, interpretadas no sentido mais lato da palavra, incluem, por exemplo, a população obreira treinada nos vários ofícios, comunicações fáceis, a consciência de crescimento e de vizinhança e o espírito de nova empresa. (Myrdal, 1960:43, grifos meus, JEV)

Fenômenos semelhantes ao da Terceira Itália, como Baden-Württemberg (Alemanha), West-Jutdland (Dinamarca), Småland (Suécia), e Cambridge (Inglaterra), nunca teriam ocorrido se a tese de Myrdal (1960:43) estivesse inteiramente correta. No caso italiano, a política intervencionista se concentrou no estímulo ao crescimento do Mezzogiorno, sem sequer se dar conta do que estava ocorrendo em seis províncias do centro e do nordeste do país: Marche, Úmbria, Toscana, Emilia, Veneto e Friuli... É verdade que a base empírica de Myrdal (1960) foi, essencialmente, o *Economic Survey of Europe in 1954*, realizado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, quando nenhum dos fenômenos citados começara a se manifestar. Sempre será possível considerar tais regiões como as exceções que confirmam a regra. Isto é, anomalias explicáveis por especificidades locais. Também se pode supor que Myrdal (1960) tenha subestimado pelo menos dois aspectos fundamentais:

a) que economias externas não são exclusividades daqueles centros econômicos que “por razões for-

Harrod, no livro *Towards a Dynamic Economics*. Essas idéias também foram levadas mais adiante por Sir John Hicks em *The Trade Cycle* (1950) e, cinco anos depois, por Benjamin Higgins, no *The Economic Journal*. Em Myrdal, todavia, a “causação cumulativa” tem validade em todo o campo das ciências sociais. Ver o capítulo 5 de Higgins & Savoie (1997).

⁹ É importante lembrar que a dimensão econômica da “causação cumulativa” já havia sido vislumbrado antes de Myrdal por dois grandes pensadores neoclássicos: Evsey Domar, na *Econometrica* de Abril de 1946, e dois anos depois por Sir Roy

tuitas” saíram na frente e ganharam poder de atração;

b) que, pelo menos, uma dessas economias externas – chamada por ele de “espírito de nova empresa” – pode se manifestar de forma tardia em localidades nas quais “a estagnação ou regressão relativa” já parecia ser norma.

A mais séria insuficiência da tese de Myrdal (1960) está logo no início da passagem reproduzida acima, quando ele diz “*Se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista...*”. Está ausente de seu raciocínio que forças de mercado, também, costumam ser controladas por uma infinidade de instituições que podem nada ter a ver com “política intervencionista”. Em muitas regiões de sucesso tardio, foi a evolução de instituições que, simultaneamente, resultam e favorecem a ação coletiva, somada às suas influências sobre o poder local, que exerceram controle sobre “as forças do mercado”. Principalmente, nos casos de impulsos regionais de crescimento econômico e desenvolvimento que ocorreram em fases de retração das economias nacionais (e global), como os das regiões mencionadas acima.¹⁰

Enfim, na perspectiva do emprego e do crescimento regional, o que mais intriga, portanto, é o papel das instituições no estímulo ao surgimento do “espírito de nova empresa” e no seu amadurecimento por ações coletivas geradoras de outras formas de organização que reforçam a primeira. Por exemplo, associações, cooperativas, ou empresas públicas, com a missão de formar recursos humanos, fomentar a pesquisa tecnológica, administrar bens comuns, etc. Por mais que nos últimos anos tenham proliferado pesquisas sobre os “arranjos produtivos locais”, muito pouco se sabe sobre a gênese e amadurecimento empreendedor de *clusters*, *districts* e *SPL*.

No fundo, permanecem dois grandes mistérios:

a) as razões do maior grau de empreendedorismo privado que se manifesta em certas localidades;

b) as razões da maior capacidade de articulação coletiva que se manifesta em uma pequena parte dessas localidades de maior grau empreendedor.

Grau empreendedor

Se não há acordo sobre o próprio conceito de empreendedorismo, há ainda mais motivos para ausência de concordância sobre os indicadores que poderiam medi-lo. O excelente trabalho publicado pela OCDE em 1998 – *Fostering entrepreneurship* – relaciona três tipos de medidas polêmicas: a) a taxa de sobrevivência das empresas; b) o peso relativo do auto-emprego no total dos ocupados; c) a variação líquida do emprego conforme a faixa de tamanho das empresas.

A taxa de sobrevivência pode parecer um bom indicador do empreendedorismo *strictu sensu*. No entanto, os estados americanos com as piores taxas de sobrevivência empresarial estão entre os mais prósperos. Ou seja, a turbulência gerada pelo processo que Schumpeter (1939, 1968, 1982, 1984) chamou de “destruição criativa” pode refletir mais dinamismo econômico em vez de falta ou fraqueza do empreendedorismo.

O peso relativo do auto-emprego na ocupação total também pode ser um indicador indireto de empreendedorismo *strictu sensu*. No entanto, ele tende a ser muito mais alto nos países menos desenvolvidos da OCDE – como Turquia, México, ou Portugal – do que em países dos mais desenvolvidos, como a Alemanha e a Dinamarca.

¹⁰ Análises recentes sobre o mais famoso caso – o do *Silicon Valley* – também vão exatamente nessa direção. Ver, por exemplo: Kenney & Von Burg (2000) e Castilla et. al. (2000). O primeiro chega a enfatizar a existência de duas economias: a das empresas de alta tecnologia e a da fabricação, promoção e apoio das próprias empresas.

Quanto à variação líquida do emprego conforme a faixa de tamanho das empresas, a polêmica é ainda maior. Muitos autores sustentam que as empresas menores geram mais empregos, mas são contrariados pelos que mostram que os novos empregos surgem num pequeno número de empresas ultradinâmicas, que podem ser de todos os tamanhos e de todas as idades.

De resto, além das comparações internacionais envolverem muitas dificuldades metodológicas, elas tendem a mostrar que um país que mostra ter bom desempenho empreendedor por um determinado critério, pode parecer medíocre quando se usa um outro. Problemas que não ocorrem quando a comparação contempla regiões de um mesmo país. É fácil constatar que sempre existem regiões com grau empreendedor bem mais elevado que outras, particularmente no caso de países bem desenvolvidos, para os quais não faltam bons dados estatísticos. Nas regiões de melhor desempenho, as taxas de natalidade das empresas¹¹ chegam a ser 4 vezes superiores às das regiões menos dinâmicas de países como Estados Unidos e França. Quando se considera apenas o setor secundário (manufaturas), tais disparidades são superiores a 6 vezes em países como a Suécia e o Reino Unido, (OCDE, 1998:50) - tabela 2.

Se as variações geográficas de empreendedorismo são tão significativas em economias das mais desenvolvidas, é de se supor que o mesmo ocorra nas periféricas, como o Brasil. Basta considerar um instantâneo da distribuição geográfica das empresas existentes para se ter uma primeira idéia das imensas disparidades regionais de empreendedorismo. As tabelas 1 e 2 mostram quão concentradas estão as empresas¹² na macrorregião Sudeste e no Estado

¹¹ Número de novas empresas para cada 10 mil pessoas.

¹² As maiores empresas são compostas de diversas “unidades locais”. Para o cadastro em que se baseia esta descrição analítica (Cempre/IBGE) a “unidade local” é um endereço de atuação da empresa, ocupando geralmente uma área contínua na qual são desenvolvidas uma ou mais atividades econômicas, e identificado pelo número de ordem (sufixo) da inscrição no CNPJ (IBGE, 2002).

Tabela 1

As unidades locais, o pessoal ocupado, e a renda monetária (salários e outras remunerações), segundo as Macrorregiões, Brasil.

(Em porcentagens)

Macrorregiões	Número de Unidades Locais	Pessoal ocupado		Renda*
		Total	Assalariado	
Sudeste	51,3	53,4	53,3	60,2
Sul	23,4	18,6	17,7	15,7
Nordeste	15,1	16,3	16,9	11,8
Centro-Oeste	7,0	7,7	8,0	8,6
Norte	3,3	3,9	4,2	3,6
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0

* Salários e outras remunerações.

Fonte: Cempre/IBGE – 2000.

Tabela 2

As unidades locais, o pessoal ocupado e a renda monetária (salários e outras remunerações), segundo os Estados da Macrorregião Sudeste.

(Em porcentagens)

Estados	Número de Unidades Locais	Pessoal ocupado		Renda*
		Total	Assalariado	
São Paulo	30,1	31,0	30,9	38,3
Minas Gerais	11,8	10,5	10,2	8,4
R. de Janeiro	7,5	10,1	10,5	11,9
Esp. Santo	1,9	1,8	1,8	1,5
SUDESTE	51,3	53,4	53,3	60,2

* Salários e outras remunerações.

Fonte: Cempre/IBGE – 2000

de São Paulo. Pode-se dizer que quase um terço dos empreendimentos econômicos formais e quase 40% da renda que eles geram estão concentrados no Estado de São Paulo. Esses números precisam ser comparados à população, ou à área, para que indiquem, de fato, seu grau de concentração e sua densidade.

A tabela 3 mostra algumas características surpreendentes das variações espaciais do grau empreendedor. Em primeiro lugar, que, relativamente à população, a macrorregião Sul tem mais unidades locais do que a Sudeste, apesar de sua densidade ser superior no Sudeste. Em segundo lugar, que no Nordeste a densidade relativamente alta, apesar de seu grau empreendedor (*vis-à-vis* população) estar muito distante da média brasileira. Em terceiro lugar, que o desempenho do Centro-Oeste é muito mais próximo dos do Sul e Sudeste do que se poderia imaginar.

Tabela 3

Concentração e densidade das Unidades Locais (UL), segundo as Macrorregiões, Brasil 2000

Macrorregiões	Habitantes por UL	Área (Km ²) por UL
SUL	24,1	0,55
SUDESTE	31,6	0,40
CENTRO-OESTE	37,4	5,18
NORDESTE	71,0	2,31
NORTE	88,2	26,34
BRASIL	38,1	1,91

Fonte: IBGE – Cempre e Censo Demográfico

Além de revelar que gaúchos e catarinenses são mais empreendedores que os paulistas, e que os paranaenses também superam os mineiros, a tabela 4 traz uma outra surpresa, pois os cariocas são os últimos, depois dos três Estados do Centro-Oeste. É no Estado do Rio de Janeiro que existe a maior densidade de Unidades Locais por Km² (tabela 5), o que sugere a manifestação de um efeito de congestionamento.

Tabela 4

Concentração das Unidades Locais (UL), segundo os Estados do Sul, Sudeste, e Centro-Oeste, 2000.

Estados	Área (em Km ²) por U.L.
Rio Grande do Sul	21,8
Santa Catarina	22,8
São Paulo	27,6
Paraná	28,3
Minas Gerais	33,9
Espírito Santo	36,7
Mato Grosso	37,9
Mato Grosso do Sul	39,5
Goiás	40,6
Rio de Janeiro	43,0

Fonte: IBGE – Cempre e Censo Demográfico

Tabela 5

Densidade das Unidades Locais (UL), segundo os Estados do Sul, Sudeste, e Centro-Oeste, 2000.

Estados	Área (em Km ²) por U.L.
Rio de Janeiro	0,13
São Paulo	0,19
Santa Catarina	0,41
Espírito Santo	0,55
Paraná	0,59
Rio Grande do Sul	0,60
Minas Gerais	1,11
Goiás	2,76
Mato Grosso do Sul	6,80
Mato Grosso	13,67

Fonte: IBGE – Cempre e Censo Demográfico

Evidentemente, pode ser abusivo extrair conclusões sobre diferenças regionais de grau empreendedor a partir de comparações estáticas. É preciso fazer comparações cronológicas para verificar onde estão surgindo as novas empresas e os novos empregos. Todavia, taxas de natalidade das empresas tendem a ser mais elevadas nas regiões que têm menos unidades locais, o que pode produzir uma visão distorcida sobre as reais variações espaciais. Por exemplo, em Roraima, de 1999 para 2000, o número de unidades locais aumentou quase 30%, enquanto em Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais, essa taxa foi muito próxima de 6%. Só que o acréscimo de Roraima correspondeu a 0,5% da expansão total do Brasil, enquanto o de São Paulo representou 28%, e os do Rio Grande do Sul e de Minas ficaram próximos de 10% cada um. Por isso, em vez de mostrar acréscimos absolutos e taxas de crescimento, a tabela 6 apresenta a distribuição percentual da expansão das unidades locais e do emprego de 1999 para 2000.

Tabela 6

Participação relativa das macrorregiões e de alguns Estados na expansão das Unidades Locais e do Pessoal Ocupado, Brasil 1999-2000.

Regiões e Estados	Variação Número de UL	Variação Número de UL	Variação pessoal ocupado	Participação %
Sudeste	121.767	121.767	459.736	38,3
Sul	55.827	55.827	251.876	21,3
Nordeste	45.330	45.330	222.043	18,7
Centro-Oeste	28.382	28.382	215.317	18,2
Norte	13.737	13.737	35.649	3,0
São Paulo	74.315	74.315	299.730	25,3
Rio G. do Sul	26.053	26.053	94.424	8,0
Minas Gerais	30.497	30.497	89.001	7,5
Brasil	265.043	265.043	1.184.621	100,0

Fonte: IBGE – Cempre 1999 e 2000

Enfim, é interessante constatar que os dados disponíveis indicam que – de 1999 para 2000 - mais de um quarto dos empregos formais e quase 30% dos novos empreendimentos surgiram no Estado de São Paulo.

1. O que é rural?

Saborosa nota intitulada “Urbano ou Rural?” foi destaque da coluna Radar, assinada por Lauro Jardim na revista *Veja* de 12/06/02. Ela apresenta o caso extremo de União da Serra (RS), município de 1.900 habitantes, dos quais 286 são considerados urbanos por residirem na sede do município, ou nas sedes de seus dois distritos. A investigação da revista apontou as seguintes evidências: a) “a totalidade dos moradores sobrevive de rendimentos associados à agropecuária”; b) “a ‘população’ de galinhas e bois é 200 vezes maior que a de pessoas”; c) “nenhuma residência é atendida por rede de esgoto”; d) “não há agência bancária”.

Os comentários não poderiam ser melhores. Demonstram que o bom senso sempre dá preferência aos critérios funcionais, em vez de estruturais, quando a questão é determinar se parte de um município como União da Serra pode ser considerada urbana. Ao fazer perguntas sobre a base das atividades econômicas dos moradores, e sobre a existência de esgoto ou de agência bancária, a reportagem revela que não é razoável o critério estrutural em vigor, segundo o qual urbano é todo habitante que reside no interior dos perímetros delineados pelas Câmaras Municipais em torno de toda e qualquer sede de município ou de distrito. Infelizmente, é assim que o Brasil conta a sua população urbana desde o auge do Estado Novo, quando Getúlio Vargas baixou o Decreto-lei 311/38. Até tribos indígenas foram consideradas urbanas pelos censos demográficos realizados entre 1940 e 2000.

Outra prova de que o bom senso dá preferência a critérios funcionais é o contraste entre o que ocorre aqui e no exterior. Para explicar como costuma ser feita a classificação territorial das populações no resto do mundo, o exemplo mais próximo é o da

nação que colonizou este imenso País. Por lei aprovada há vinte anos pela Assembléia da República de Portugal, uma povoação só pode ser elevada à categoria de vila se possuir pelo menos metade de oito equipamentos coletivos: a) posto de assistência médica, b) farmácia, c) centro cultural, d) transportes públicos coletivos, e) estação dos correios e telégrafos, f) estabelecimentos comerciais e de hotelaria, g) estabelecimento que ministre escolaridade obrigatória, h) agência bancária.

Pela mesma lei, uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade se possuir, pelo menos, metade de dez equipamentos coletivos: a) instalações hospitalares com serviço de permanência b) farmácias, c) corporação de bombeiros, d) casa de espetáculos e centro cultural, e) museu e biblioteca, f) instalações de hotelaria, g) estabelecimento de ensino preparatório e secundário, h) estabelecimento de ensino pré-primário e infantários, i) transportes públicos, urbanos e suburbanos, j) parques ou jardins públicos. Além desses critérios funcionais, há uma preliminar eliminatória: para que seja vila a povoação deve contar com mais de 3 mil eleitores em aglomerado populacional contínuo. Para ser elevada à categoria de cidade a exigência mínima é de 8 mil eleitores.

São poucos os municípios brasileiros nos quais se podem encontrar 8 mil eleitores em aglomerado populacional contínuo. Mais raros, ainda, são os aglomerados populacionais que possuem alguns dos dez equipamentos coletivos que definem as cidades portuguesas. As atuais 5.562 sedes de município são cidades por força do Decreto-lei 311 de 1938. Pela mesma razão, as sedes de todos os seus distritos são vilas. Pior: é o total dos habitantes das 5.562 sedes de município e das 9.946 sedes de distrito que forma a população urbana oficial. Em direção oposta às melhores análises territoriais disponíveis, segundo as quais apenas 455 municípios fazem parte da rede urbana (378 em aglomerações e 77 centros urbanos de regiões rurais). União da Serra (RS) é apenas o exemplo extremo daquilo que pode ser encontrado em pelo menos 4.500 municípios nos

quais vivem 52 milhões de habitantes. Pelos critérios da revista *Veja*: a) os rendimentos dos moradores resultam do uso de recursos naturais, b) o contingente dos rebanhos é muito superior aos representantes da espécie humana, c) o saneamento básico não chegou sequer a suas sedes, d) não dispõem de agência bancária.

É, absolutamente, compreensível que poucos saibam que um terço da população brasileira é rural e que essa proporção poderá não diminuir nas próximas décadas. Todos somos vítimas da ficção oficial de que o Brasil será 100% urbano antes de 2030. Mas, ninguém tem o direito de desconhecer as imensas desigualdades que hoje existem entre o Brasil urbano e o Brasil rural. É necessário romper com a precariedade que domina a visão pública sobre o desenvolvimento territorial do Brasil.

Urbanização

De um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. Todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Muitos estudiosos procuraram contornar esse obstáculo pelo uso de uma outra regra. Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.

A grande vantagem desse critério é a simplicidade. Há muitos municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano, ou seja, para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. Não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos identificados pela pesquisa que juntou excelentes equipes do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, e da Unicamp - Universidade de Campinas: *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (1999). Nessa teia urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos de concentração, estavam 57% da população em 2000. Esse é o Brasil inequivocamente urbano.

O problema, então, é distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no “meio-de-campo”, em situação ambivalente. Para fazer este tipo de separação, o critério decisivo é a densidade demográfica. É ela que estará no âmago do chamado “índice de pressão antrópica”, quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.

Quando se observa a evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho populacional dos municípios, não há como deixar de

notar duas quedas abruptas. Enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos pela citada pesquisa IBGE/Ipea/Unicamp, a densidade média é superior a 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes) ela desaba para menos de 20 hab/km². Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil),

quando a densidade média torna a cair, desta vez para 10 hab/km². São esses dois “tombos” que permitem considerar de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente, menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km², e de médio porte os que têm, população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

Com a ajuda desse dois cortes, conclui-se que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. O Brasil, essencialmente rural, é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor - criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo Decreto-lei 311/38 - esta tipologia permite entender que só existem cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades.

Redescobrir o território

Uma análise da configuração territorial do Brasil revela uma tendência que não deveria ser ignorada pelos formuladores das políticas governamentais. Mesmo que se acrescente ao Brasil urbano todos os municípios intermédios, considerando-os como vilas de tipo ambivalente que poderão se transformar em centros urbanos, chega-se a um total de 1.022 municípios, nos quais residiam em 2000 quase 118 milhões de pessoas. Nesse subconjunto ampliado, o

aumento populacional entre 1991 e 2000 foi próximo de 20%, com destaque para as aglomerações não-metropolitanas e para os centros urbanos. Em ambos houve crescimento demográfico um pouco superior.

Mas, não se deve deduzir daí, como se faz com extrema freqüência, que todos os outros municípios - de pequeno porte e características rurais - tenham sofrido evasão populacional. Isto ocorreu na metade desses municípios. Em um quarto deles houve um aumento populacional de 31,3%, bem superior, portanto, aos que ocorreram no Brasil urbano. Mais do que o dobro do crescimento populacional do Brasil como um todo, que foi de 15,5% no período intercensitário de 1991-2000.

Praticamente, nada se sabe sobre os fatores que levaram esses 1.109 municípios com características rurais a terem um crescimento populacional tão significativo. Há casos que se explicam pelo dinamismo econômico de pequenas empresas do setor de serviços, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Há casos que se explicam pelo dinamismo político de Prefeituras, particularmente no Nordeste. Mas, se está muito longe de uma interpretação satisfatória sobre esse fenômeno, espalhado por todo o território nacional.

Mesmo assim, o que já se sabe é suficiente para que se rompa com a visão de que todo o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando. Não é admissível que se considere mais de 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios, e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem entre 4.500 e 5.000 cidades imaginárias.

O que mais interessa não é comparar a participação demográfica dos espaços mais urbanos, mais rurais, ou intermediários. O que importa é entender que o futuro dessas populações dependerá cada vez mais de articulações intermunicipais capazes de diagnosticar as vocações do território que compartilham,

formular um plano de desenvolvimento microrregional, e viabilizar seu financiamento com o imprescindível apoio das esferas governamentais superiores. Isso vale tanto para as aglomerações, quanto para as microrregiões. É óbvio que são as microrregiões que não contêm aglomerações as que menos estarão preparadas para enfrentar esse desafio. Daí a importância de um plano federal especialmente voltado para a promoção de articulações intermunicipais microrregionais de pequeno porte populacional. Isto é, um programa especialmente voltado ao desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

O território é crucial para o desenvolvimento

A complicada problemática do desenvolvimento territorial exige que sejam abordados separadamente seus três temas centrais: *a recomposição dos territórios, os sistemas produtivos locais e o meio ambiente*. Na prática, é impossível tratar cada um desses três eixos sem que sejam feitas muitas referências aos outros dois. É esse esforço de separá-los que ajuda a explicitar o que se entende por desenvolvimento territorial.

Grande parte das nações adotou, há muito tempo, suas atuais estruturas territoriais. Em muitos casos, seu surgimento foi anterior à própria industrialização. São anacrônicas as instituições que até hoje regulam os poderes locais, bem como os escalões que fazem a intermediação com os Estados centrais. Os critérios político-administrativos que mais influenciaram a formação dos vários tipos de divisão territorial existentes não resultaram das reais necessidades do crescimento econômico moderno e muito menos daquilo que hoje tende a ser considerado um processo de desenvolvimento sustentável. Nada mais previsível, portanto, do que um paulatino movimento de conscientização coletiva sobre tal inadequação, seguido de tentativas de adaptação às novas necessidades do desenvolvimento dessas hierarquias territoriais herdadas de um período em que

as atividades primárias, ainda, dominavam o sistema econômico. Em poucas palavras, são raros os países que não sentem hoje a necessidade de modernizar seus esquemas de enquadramento territorial da ação pública.

Nesse contexto, as relações entre os espaços mais urbanizados e os espaços em que os ecossistemas permanecem menos artificializados - isto é, as relações urbano/rurais – não mais correspondem à antiquada dicotomia entre a cidade e o campo (ou entre “as cidades e as serras”, como preferiu Eça de Queiroz). Durante o século 20, o processo de desenvolvimento tornou simplista essa dicotomia, substituindo-a por uma geometria variável na qual passaram a ser cada vez mais cruciais as *aglomerações* e as *microrregiões*. Duas categorias que se misturam no caso das regiões metropolitanas, mas que podem ter relações bem diferentes nos outros casos. As microrregiões que envolvem uma aglomeração não-metropolitana também tendem a ser essencialmente urbanas. As microrregiões que só abrigam centros urbanos e/ou vilas “rurbanas” podem ser relativamente rurais, ou mesmo essencialmente rurais, quando predominam ecossistemas dos menos artificializados.

A expressão “recomposição dos territórios” expressa, portanto, essa necessidade de novas formas institucionais de concertação, coordenação, gestão, ou simplesmente “governança”, das *aglomerações* e das *microrregiões*. Nos dois casos, essas novas formas institucionais devem superar as antigas estruturas de poder local, promovendo a articulação das unidades político-administrativas pré-existentes. Um desafio que em muitos países tem sido chamado de cooperação inter-comunidades, ou simplesmente “inter-comunalidade”. No Brasil isso corresponde à promoção de articulações intermunicipais microrregionais, como os diversos tipos de pactos, associações e consórcios espalhados por todo o País.

Quando uma *aglomeração* ou uma *microrregião* alcança graus de coesão e organização suficientes para que seja capaz de formular e adotar um plano de desen-

volvimento local, é inevitável que ela perceba a importância estratégica de dois fatores decisivos: o sistema produtivo local e o trunfo ambiental.

Os sistemas produtivos locais, ou simplesmente os “SPL”, correspondem a um fenômeno analisado de forma pioneira no final do século 19 por um dos principais teóricos da economia moderna: Alfred Marshall (1985). Em várias localidades da Grã Bretanha haviase consolidado um tipo de estrutura produtiva formada por empresas de pequeno ou médio porte que, mesmo sendo concorrentes, também se ajudavam ao atrair fornecedores, formar um mercado de trabalho especializado, respeitar e divulgar um mesmo padrão de qualidade, e até cooperar em certos esforços de inovação e formação. Marshall(1985) escreveu que nessas localidades percebia-se uma espécie de “atmosfera” contrária à concentração empresarial resultante das chamadas economias de escala. E chamou essas peculiares estruturas produtivas locais de “distritos industriais”, pois o *district* era (e continua a ser) uma unidade básica da divisão territorial do Reino Unido.

Embora a contribuição teórica de Marshall (1985) tenha tido enorme influência durante todo o século 20, foi só por volta dos anos 80 que pesquisadores da economia industrial e da geografia econômica se deram conta da importância de suas conjeturas sobre a peculiaridade dos tais “distritos industriais”. Principalmente os pesquisadores que se debruçaram sobre o fenômeno que veio a ser chamado de “Terceira Itália”: o extraordinário e surpreendente dinamismo de certas microrregiões italianas, justamente a partir dos anos 70, quando quase toda a economia mundial entrava em retração, após a “Era de Ouro” dos três “gloriosos” decênios posteriores à 2ª. Guerra Mundial.

Análises realizadas por um grande número de cientistas sociais italianos - entre os quais se destacou o economista industrial Giacomo Becattini - provocaram uma renovação do debate internacional sobre o desenvolvimento regional, que também foi favorecida pelas pesquisas anglo-saxônicas a respeito dos

“clusters”, amplamente popularizadas pela obra do especialista em administração empresarial Michael Porter. Foi dessa vasta e longa discussão sobre as similares virtudes dos “distritos” e dos “clusters”, que emergiu a noção de SPL, em larga medida por influência de pesquisadores suíços. Um SPL pode ser definido como um conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas e territorialmente aglomeradas. Ou como uma rede de empresas de uma mesma atividade ou de uma mesma especialidade que cooperam em determinado território. Ou ainda, como agrupamentos geográficos de empresas ligadas pelas mesmas atividades. A principal vantagem dos SPL para o desenvolvimento é que esse tipo de relações de proximidade e de interdependência entre as empresas costuma ter um efeito extremamente favorável para a competitividade dos territórios.

A competitividade de uma *aglomeração* ou de uma *microrregião* pode ser facilmente comprometida pela degradação ambiental. Para as microrregiões que não abrigam aglomerações, a qualidade ambiental pode se tornar o principal trunfo do desenvolvimento. Nesses casos, é bem freqüente que a melhor ferramenta de desenvolvimento local passe a ser o patrimônio natural, que também costuma estar ligada a alguma forma de patrimônio histórico-cultural.

Durante muito tempo, o patrimônio foi visto pelos governantes apenas como um ítem orçamentário de custeio. Isto é, de despesas como um consumo improdutivo, quase sempre exigidas por razões patrióticas, educacionais, memoriais ou estéticas. Por isso, a proteção, salvaguarda e conservação desses patrimônios era obrigação exclusiva dos Estados centrais. As autoridades locais eram, ao contrário, acusadas de cumplicidade na destruição de paisagens, remanescentes de arquitetura antiga, lugares simbólicos, monumentos, etc. Já se pode dizer que nos países mais desenvolvidos essa visão foi virada do avesso. Hoje, o patrimônio é cada vez mais entendido como uma oportunidade de consumo produtivo, fazendo com que muitas comunidades se transformem em entusiásticas protagonistas de sua valorização.

O patrimônio está longe de se resumir a elementos físicos, como as paisagens, obras artísticas ou sítios arqueológicos. Ele também envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, ou a própria imagem do território. É o conjunto desses recursos patrimoniais que dá suporte a várias atividades econômicas. Só que é um equívoco pensar que a exploração econômica desse trunfo patrimonial está restrita às atividades turísticas. Ele também exerce forte influência sobre os comportamentos residenciais de famílias de classe média, fator que pode viabilizar projetos de desenvolvimento local. Mesmo em países emergentes, como o Brasil, cresce entre a classe média “a certeza de que um cotidiano de prazeres vale mais que uma grande conta no banco”. Os levantamentos realizados pelas agências de propaganda mostram que um quinto dos brasileiros “estão mais preocupados em ter qualidade de vida no dia-a-dia que em subir na carreira e fazer fortuna”. Não fosse a dificuldade de obter boa educação para seus filhos, já seria muito maior o número de famílias da classe média que teria tomado distância das aglomerações para usufruir o ar puro, a água limpa, o silêncio, e as belas paisagens das microrregiões que conseguiram preservar seu patrimônio natural.

Além disso, também é o patrimônio que permite a diferenciação, um fator crucial no processo de competição entre os territórios na luta pela atração de investimentos. Fica cada vez mais evidente que as microrregiões devem oferecer recursos específicos às pessoas e às empresas, e não recursos genéricos ou banalizados que as obrigam a entrar numa concorrência baseada exclusivamente em custos. Como diz o economista Alain Rallet, da Universidade de Paris-Dauphine, a valorização do patrimônio é um meio de criar recursos específicos com o envolvimento dos atores locais. Isso permite principalmente a construção de uma imagem de marca identitária do território, da mesma forma que uma empresa elabora cuidadosamente um símbolo que a ajude a fidelizar uma clientela, ou conquistar um novo segmento de mercado. Por isso, a valorização do patrimônio natural e histórico-cultural é muito mais

um processo de construção do que uma herança. É fundamental que o maior número de atores se engajem nessa valorização. Não somente as pessoas, mas, sobretudo, as empresas, que devem ser incentivadas a investir no plano simbólico como forma de ancorá-las ao território.

2. Características do empreendedorismo rural em São Paulo

A primeira aproximação do empreendedorismo rural paulista foi feita mediante trabalho essencialmente empírico. Os resultados aqui apresentados focalizam um caso emblemático e uma tipologia de oito outros municípios, apesar do número de visitas ter sido maior. É que as informações sobre alguns foram insuficientes ou duvidosas.

Inicialmente, as visitas se concentraram na região central do Estado, que corresponde quase que exatamente à Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) de número “13”, chamada “Tietê/Jacaré”. Começaram por um caso bem conhecido de município rural que sofreu radical transformação devido a uma intensa diversificação econômica puxada por empreendedores de pequeno porte: Ibitinga. Em seguida, estenderam-se a outros 5 municípios das redondezas que chamaram a atenção por terem um número elevado de pequenas empresas relativamente às suas populações: Bocaina, Torrinha, Analândia, Bariri e Dois Córregos.¹³

Depois foram melhor observados 10 municípios rurais para os quais já se dispunha de diagnósticos realizados pela gerência de desenvolvimento local do Sebrae-SP, e que foram selecionados a partir do cruzamento dos seguintes 13 critérios básicos:

- a) comportamento demográfico na década de 1990;
- b) índices de desenvolvimento (IDH-M 2000 e IPRS 1997);
- c) renda per capita;
- d) esperança de vida;
- e) índice educacional do IDH-M;
- f) habitantes por unidade empresarial local;
- g) habitantes por pessoa ocupada;
- h) número de ocupados por unidade empresarial local;
- i) renda por ocupado no trabalho formal;
- j) proporção de ocupados assalariados;
- k) número de pequenas empresas;
- l) número de habitantes por pequena empresa;
- m) distribuição setorial das pequenas empresas.

Chegou-se assim a um grupo bem representativo dos municípios que podem ser considerados “anômalos”, pois aparentam ter altos níveis de empreendedorismo, dinamismo econômico, e responsabilidade social, apesar de serem municípios rurais.

As perguntas que guiaram esta primeira aproximação desses municípios foram as seguintes:

- a) Como ocorreu a diversificação econômica?
- b) O que aconteceu com “Plano de Ações Municipais”?¹⁴

¹³Também foi estudado o caso de Saltinho, município rural de alto desenvolvimento, vizinho da famosa cidade de Piracicaba. Dois municípios - Bocaina e Bariri - voltaram a ser abordados na segunda etapa. Em outros dois – Jardinópolis e São Manuel – não se obteve resultados muito confiáveis. Assim sendo, além das informações colhidas durante uma primeira etapa (Ibitinga, Bocaina, Torrinha, Analândia, Bariri, Dois Córregos e Saltinho), este artigo se baseia em observações de 8 municípios: Altinópolis, Bariri, Bocaina, Brotas, Casa Branca, Descalvado, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rita do Passa Quatro.

¹⁴Esse “Plano de Ações Municipais” é a conclusão do diagnóstico elaborado com a ajuda da gerência de desenvolvimento local do Sebrae-SP.

3. Características gerais dos municípios observados

O primeiro cuidado a ser tomado com as comparações é verificar se os municípios considerados sofreram alguma alteração de área (em geral por desmembramento). Dos 15 municípios considerados, apenas 3 apresentam alguma dificuldade, como mostra a tabela 7, Saltinho é um desses minúsculos municípios de criação estimulada pela Constituição de 1988, e pelas decorrentes vantagens na repartição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Já São Manuel e Santa Cruz do Rio Pardo perderam pequenas partes de seus territórios durante os anos 90. Pode-se dizer, então, que os municípios selecionados têm áreas bem estáveis, o que não atrapalha as comparações intertemporais que serão feitas a seguir.

Tabela 7

Área dos 15 Municípios em quilômetros quadrados, 1980 e 2002.

Município	1980	2002
Santa Cruz do Rio Pardo	1.325	1.128
Brotas	1.062	1.062
Altinópolis	936	936
Casa Branca	865	865
Descalvado	743	743
Santa Rita do Passa Quatro	738	738
Ibitinga	696	696
São Manuel	845	666
Dois Córregos	599	599
Jardinópolis	504	504
Bariri	444	444
Bocaina	361	361
Torrinha	323	323
Analândia	312	312
Saltinho	-	99

Fonte: Fundação Seade

Todos os municípios tiveram significativos crescimentos populacionais nas últimas duas décadas do século XX. Mas, é possível distinguir três grupos de quatro municípios. O primeiro - formado por Brotas, Ibitinga, Jardinópolis e Analândia – pode ser considerado “bem atraente”, já que populações tiveram saltos de mais de 50% a quase 70%. O segundo – formado pelos municípios de Dois Córregos, Descalvado, Bariri, Bocaina e Torrinha – pode ser chamado “atraente”, com aumentos situados na faixa dos 35% a 50%. E o terceiro – formado por São Manuel, Santa Rita do Passa Quatro, Casa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo e Altinópolis – pode ser caracterizado como relativamente estável, pois sua taxa de crescimento populacional foi metade da do grupo

Tabela 8

Evolução populacional de 14 Municípios, 1980 e 2000.

(Número de habitantes)

Município	1980	2000	Varição
Brotas	11.216	18.838	+ 68%
Ibitinga	29.014	46.534	+ 60%
Jardinópolis	19.612	30.660	+ 56%
Analândia	2.292	3.576	+ 56%
Dois Córregos	15.414	22.484	+ 46%
Descalvado	20.262	28.889	+ 43%
Bariri	19.821	28.187	+ 42%
Bocaina	6.756	9.419	+ 39%
Torrinha	6.521	8.824	+ 35%
São Manuel	27.436	36.502	+ 33%
Sta Rita Passa Quatro	20.826	26.118	+ 25%
Casa Branca	21.698	26.785	+ 23%
Sta Cruz do Rio Pardo	33.522	40.876	+ 22%
Altinópolis	12.728	15.463	+ 21%

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

anterior. É bom frisar que todas essas variações populacionais são superiores à da região metropolitana de São Paulo ou à média estadual.

Apesar de todos os municípios permanecerem com densidades demográficas típicas de municípios rurais, é preciso assinalar que Ibitinga, Bariri e Jardinópolis (e talvez Saltinho e São Manuel) não estão muito distantes dos municípios de tipo “ambivalente” (mais de 80 hab/km² ou mais de 50 mil habitantes). No extremo oposto, Analândia, Altinópolis, Brotas, Bocaina e Torrinha têm densidades demográficas que poderiam caracterizá-los como “profundamente rurais”. Outros 5 municípios ficam em situação intermediária, como mostra a tabela 9.

Tabela 9

Densidades demográficas de 15 Municípios,
1980 e 2000.

(Hab/km²)

Município	1980	2000
Ibitinga	41,87	66,98
Bariri	44,79	63,57
Jardinópolis	39,04	60,97
Saltinho	-	58,58
São Manuel	32,6	54,87
Descalvado	27,37	38,92
Dois Córregos	25,81	37,60
Sta. Cruz do Rio Pardo	25,37	36,28
Sta. Rita Passa Quatro	28,29	35,42
Casa Branca	25,15	30,98
Torrinha	20,24	27,36
Bocaina	18,74	26,16
Brotas	10,6	17,78
Altinópolis	13,62	16,54
Analândia	7,38	11,48

Nota: Saltinho tinha 53,12 hab/km² em 1996.
Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Quando se procura caracterizar a riqueza, é normal que se cogite da arrecadação de algum imposto. Dispondo de séries anuais, fica claro que esse não é um bom tipo de indicador devido às fortes oscilações anuais. Médias plurianuais, também, não resolvem, pois só seriam possíveis para o período posterior a 1995. Por isso, apenas a título de exemplo, escolheu-se os casos da arrecadação de ISS e da geração de IPI para ilustrar essa inviabilidade. Mesmo assim, em alguns casos parece ficar nítida a tendência ao aumento (ou decréscimo) conjunto das atividades terciárias e secundárias. Por exemplo, os casos de Jardinópolis, Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro nas tabelas 10 e 11 parecem bem ilustrativos.

Tabela 10

Arrecadação de ISS em 15 municípios, 1980,
1991 e 2001.

(Em Mil Reais de 2001)

Município	1980	1991	2001
Jardinópolis	157	91	1.087
Casa Branca	358	228	933
Descalvado	148	47	716
Sta Rita Passa Quatro	97	185	712
São Manuel	442	454	614
Ibitinga	175	188	333
Bariri	159	156	325
Brotas	41	58	248
Saltinho	-	-	173
Sta Cruz do Rio Pardo	74	162	141
Dois Córregos	44	72	129
Altinópolis	86	54	125
Analândia	1	3	95
Bocaina	45	38	72
Torrinha	18	8	33

Nota: Em Saltinho, 151 mil reais em 1995.
Fonte: Fundação Seade.

Tabela 11

IPI gerado em 15 municípios, 1990, 1995 e 1999.

(Em Mil Reais de 1999)

Município	1990	1995	1999
São Manuel	2.726	6.716	8.138
Descalvado	1.406	2.240	3.085
Sta Rita Passa Quatro	4.228	1.618	1.317
Dois Córregos	580	2.373	690
Jardinópolis	872	554	499
Bariri	288	174	488
Ibitinga	333	184	256
Brotas	120	124	50
Bocaina	58	28	38
Sta Cruz do Rio Pardo	521	66	32
Torrinha	41	29	27
Analândia	8	4	26
Saltinho	-	123	23
Casa Branca	533	441	2
Altinópolis	1	1	2

Fonte: Fundação Seade

Para evitar as dificuldades implícitas no uso dos impostos como indicadores da evolução da riqueza, pode-se utilizar o consumo de energia elétrica (residencial, industrial ou do setor terciário) disponível para vários anos no período 1980-1998. A tabela 12 ilustra a evolução desse consumo no setor terciário.

Tabela 12

Evolução do consumo de energia elétrica em atividade comerciais, de serviços e outras, em 15 Municípios, 1980 e 1998. (Em Mwh)

Município	1980	1998	Varição
Ibitinga	2.471	10.314	+ 7.843
Sta. Cruz do Rio Pardo	3.673	9.763	+ 6.090
São Manuel	2.446	6.040	+ 3.594
Sta. Rita Passa Quatro	1.519	5.529	+ 4.010
Jardinópolis	1.849	5.469	+ 3.620
Descalvado	1.809	5.389	+ 3.580
Casa Branca	2.253	5.076	+ 2.823
Bariri	1.880	4.939	+ 3.059
Brotas	1.106	3.680	+ 2.574
Dois Córregos	1.320	3.266	+ 1.946
Altinópolis	825	2.292	+ 1.467
Bocaina	450	1.406	+ 956
Torrinha	443	1.173	+ 730
Analândia	150	756	+ 606
Saltinho	-	999	-

Nota: Em 1995 foram 729 Mwh em Saltinho. Fonte: Fundação Seade.

A dificuldade de encontrar bons indicadores de cada uma das dimensões do desenvolvimento - como a que acaba de ser exemplificada para o caso da riqueza - foi em larga medida superada pela elaboração do IPRS: Índice Paulista de Responsabilidade Social. Esse índice não chegou a incorporar outras dimensões do

desenvolvimento, como a ambiental, a cívica ou a cultural, mas se diferenciou do IDH-M em dois aspectos fundamentais. Buscou indicadores muito mais precisos das três dimensões básicas. Por exemplo, em vez de usar estimativas de renda per capita, o indicador de riqueza municipal do IPRS é composto por quatro variáveis com pesos diferentes: a) consumo de energia elétrica por ligação residencial; b) consumo de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços; c) remuneração média dos trabalhadores com vínculo empregatício formal; e d) valor adicionado per capita. Outro exemplo: em vez de usar duvidosas estimativas censitárias de esperança de vida, o indicador de longevidade também foi composto por quatro variáveis e se valeu dos excelentes dados demográficos disponíveis em São Paulo: a) mortalidade infantil; b) mortalidade perinatal; c) mortalidade de adultos com 60 anos e mais; e d) mortalidade de adultos de 15 a 39 anos.

Tabela 13

Indicadores da dimensão riqueza no IPRS: 1992 e 1997.

Município	1992	1997	Variação
Saltinho	-	56	-
Descalvado	48	54	+ 6
Casa Branca	38	48	+ 10
Jardinópolis	42	47	+ 5
Analândia	40	46	+ 6
São Manuel	39	46	+ 7
Sta. Rita Passa Quatro	38	46	+ 8
Bocaina	44	45	+ 1
Ibitinga	36	44	+ 8
Sta. Cruz do Rio Pardo	36	44	+ 8
Dois Córregos	37	43	+ 6
Altinópolis	40	40	0
Bariri	32	40	+ 8
Brotas	36	40	+ 4
Torrinha	31	38	+ 7

Fonte: Fundação Seade.

Por isso, a melhor maneira de comparar os 15 municípios é usar o IPRS para cada uma das suas três dimensões.

Nenhum dos 15 municípios empobreceu entre 1992 e 1997, embora Altinópolis e Bocaina tenham estagnado. Em compensação, houve fortes saltos em Casa Branca, Santa Rita do Passa Quatro, Ibitinga, Santa Cruz do Rio Pardo, Bariri e Torrinha.

Na dimensão longevidade, que é um resultado das condições de saúde, houve um avanço extraordinário em Torrinha, e também significativo em Brotas e Jardinópolis. E na escolaridade, os mais rápidos progressos ocorreram em Santa Cruz do Rio Pardo, Torrinha e Descalvado.

Tabela 14

Indicadores da dimensão longevidade no IPRS: 1993/5 e 1997/9.

Município	1993/95	1997/99	Variação
Analândia	66	73	+ 7
Torrinha	49	73	+ 24
Bocaina	66	72	+ 6
Saltinho	72	72	0
Sta Rita Passa Quatro	73	72	- 1
Descalvado	68	70	+2
Brotas	52	68	+ 16
Bariri	66	67	+ 1
Jardinópolis	56	67	+ 11
Ibitinga	61	63	+ 2
Sta Cruz do Rio Pardo	61	63	+ 2
Altinópolis	79	62	- 17
Dois Córregos	61	60	- 1
São Manuel	61	58	- 3
Casa Branca	57	49	- 8

Fonte: Fundação Seade.

Tabela 15

Indicadores da dimensão escolaridade no IPRS:
1991 e 1996.

Município	1991	1996	Variação
Saltinho	-	81	-
Sta Rita Passa Quatro	59	73	+ 14
Bariri	61	72	+ 11
Torrinha	56	71	+ 15
Casa Branca	57	70	+ 13
Descalvado	54	69	+ 15
Altinópolis	48	67	+ 9
Bocaina	49	67	+ 8
Sta Cruz do Rio Pardo	48	66	+ 18
Jardinópolis	59	63	+ 4
Dois Córregos	52	62	+ 10
Ibitinga	52	62	+ 10
Analândia	49	61	+ 12
Brotas	52	57	+ 5
São Manuel	47	56	+ 9

Fonte: Fundação Seade.

A síntese dessas evoluções é feita por uma tipologia na qual os municípios são classificados em vários grupos. Os municípios mais desenvolvidos ("TOP") são os que se saem bem nas três dimensões – renda, longevidade e escolaridade – e não aqueles que conseguem uma boa média porque têm alto indicador de riqueza ao lado de sofríveis desempenhos nas outras duas dimensões. Estes últimos formam o segundo grupo - dos atrasados apesar de ricos - que são perversos, além de injustos. O terceiro grupo é formado pelos que estão na posição diametralmente oposta: conseguem ter boa qualidade de vida apesar de não serem dos mais ricos. Por isso, foram apelidados de SAUDÁVEIS. E os municípios que não pertencem a esses três primeiros grupos são os de relativo subdesenvolvimento, fracos nas três dimensões consideradas.

A maioria dos municípios considerados – 10 dos 15 – era "saudável" em 1997, apesar de que apenas um deles – Bariri – já pertencia a tal grupo em 1992. Dois deles – Jardinópolis e Torrinha – saltaram do pior grupo para a categoria dos "saudáveis". Dois outros continuavam subdesenvolvidos em 1997 apesar de terem melhorado: Brotas e Casa Branca. No período, o pior desempenho ocorreu em São Manuel e o melhor em Descalvado.

3.1 O processo de diversificação econômica de Ibitinga

Nos áureos tempos do café, Ibitinga chegou a ter seus dias de glória. Houve ali teatros e cinemas quando eram raríssimos no interior paulista. Também, recebeu energia elétrica antes da maioria dos municípios interioranos: em 1912. Entre 1920 e 1940, sua densidade populacional quase dobrou, passando de 21,8 para 40,1 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²). Mas esse progresso se transformou em decadência quando a economia cafeeira passou a se deslocar para a Alta Paulista, Alta Noroeste, Alta Sorocabana e Norte do Paraná. Com o esvaziamento, a densidade demográfica despencou para menos de 30 hab/km² tanto em 1950, quanto em 1960, para só retornar ao nível de 1940 no final dos anos de 1970. Diz-se que houve tempo em que se pagava para que alguém habitasse sua casa para evitar que ficasse abandonada.

Como todo município formado no bojo da expansão cafeeira, Ibitinga ainda tem no comércio algumas firmas tradicionais. A Casa Santos, fundada no início do século, mantém muitas de suas características iniciais. Vende produtos que dificilmente serão encontrados juntos em lojas modernas: de bebidas a ferramentas, de cordas a moinhos de café, de bombas d'água a cabos de aço, de lonas plásticas a torradores manuais de café, de telas de arame a arame farpado. É considerada a mais antiga do comércio local. Mais do que a Casa Saad, que tem quase 60 anos no mercado de móveis (e recentemente também eletrodomésticos) ou da Padaria Moderna, tam-

bém, mais que cinquentenária. Quase todas as atuais atividades comerciais, industriais, ou de serviços, só surgiram depois de meados dos anos de 1960, período que pode ser considerado como a primeira fase da retomada da diversificação econômica do município.

3.1.1 Anos 1960: o início da recuperação

A área do município de Ibitinga sofreu diversas alterações antes de 1961, quando se fixou nos atuais 696 quilômetros quadrados. Nesse ano, a maioria de seus 21 mil habitantes – 56% – ainda residia fora da sede (ou “perímetro urbano”). A densidade demográfica não chegava a 30 hab/km². O município não era apenas rural. Nesse início dos anos 60, além de ser um município rural, sua economia, também, era primária, com o comércio e as atividades de serviço que costumam acompanhar as atividades agropecuárias. Quase não existiam atividades de tipo industrial e fora das imediações da praça central, a chamada “Cidade” só tinha dois bairros: Santa Tereza e Vila Leandro.

Ibitinga orgulha-se de já ter tido o “maior viveiro de mudas de café do mundo”, obra de um empreendedor de origem francesa, chamado Walfrido Robert, mais conhecido pelo apelido “Kiko” Robert. Além de exportar a rubiácea para todo o Brasil – principalmente para o Sul de Minas e Bahia, foi ele quem implantou a variedade Catuaí no Estado de São Paulo. Também foi ele que aproveitou o potencial de águas da confluência de dois córregos para construir grandes piscinas, que mais tarde foram vendidas ao principal clube da região: o famoso CBI (Clube dos Bancários de Ibitinga). A área remanescente foi transformada em “Vila Cidade dos Bancários”, que não deu muito certo, tornando-se um bairro periférico doado a uma obra de caridade - Associação Bom Jesus – e apelidado de “Vila Kiko”. Mas, o insucesso não ocorreu em mais de uma dúzia de loteamentos que lançou. Inclusive de bairros turísticos rurais como o Pontal do Jacaré, Porto Carolina, Vila Matão, Náu-

tico Izabela, etc; (Rosa, 2000:59-65).

Sua história não fugiu do padrão da economia cafeeira, que embutia produções de milho, algodão, arroz e amendoim. Essa foi uma incipiente diversificação que recebeu forte impulso nos anos de 1950, com duas iniciativas decisivas: foi fundada a Coopertietê, Cooperativa Agrícola Mista de Ibitinga; e foi implantado o Centro Regional de Produção de Sementes da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura). Logo depois, houve o ‘boom’ da produção de ovos. Foram instaladas máquinas de deslinde de algodão, que separava o caroço da pluma, descasando a venda e aumentando, conseqüentemente, a rentabilidade do produtor.

A principal atração era a anual exposição agrícola, na qual os agricultores – principalmente muitos seus sítiantes, exibiam seus produtos.

Ibitinga era um município altamente diversificado e produzia de tudo. Era também, ao lado de Bastos, uma das maiores produtoras de ovos e aves do Estado de São Paulo. (...) A agência do Banco do Brasil, onde hoje é a Caixa Econômica Federal, tinha na sua porta de entrada um pé de mandioca que alcançava a altura do primeiro andar do prédio e era o símbolo da fertilidade de Ibitinga. (Rosa, 2000:20)

Um dos primeiros plantéis de galinhas para a produção de ovos foi iniciativa de um caminhoneiro chamado Clóvis Cicotti, também um dos fundadores da cooperativa.

Embora só tendo o curso primário, Clóvis era de uma inteligência e uma perspicácia fora de série. Espírito eclético, partia para novos negócios sem medo. Cresceu comercializando ovos, teve frota própria, trouxe a Brahma para Ibitinga, ponto de partida para uma grande rede distribuidora no Estado de São Paulo, que hoje está sediada em Marília. Foi ele o fundador do Posto Ypiranga (hoje Excelente

Auto Posto) – e se dedicou à agropecuária, implantando fazendas de laranja e de gado em nossa região e no Estado de Tocantins. Tornou-se um homem rico, mercê do espírito empreendedor... (Rosa, 2000:55).

Coube a um pequeno açougueiro, chamado Carmello Rainieri, a iniciativa de montar aquilo que foi, durante muito tempo, a principal indústria de Ibatinga: seu frigorífico. Por muitos anos, sua frota de caminhões com o emblema Frigorífico Ranieri ajudaram a popularizar Ibatinga pelas estradas paulistas. Com a interferência da ditadura militar no mercado de carnes, iniciada em 1964, os filhos de Carmello enfrentaram dificuldades e venderam a empresa, que desapareceu em 1969.

Em 1965, foi lançada a “Campanha das Mil Construções”, uma iniciativa de alguns cidadãos que contavam com o apoio da rádio local e pretendiam “dinamizar Ibatinga, que caminhava muito lentamente.” (Rosa, 2000:19) Pedreiros, construtores, casas de materiais de construção, olarias, cerâmicas – e também a Prefeitura - foram convidados a participar. Para casas populares, ofereceu-se isenção de impostos, planta e terraplanagem gratuitas e financiamento para a compra de materiais. Assim, nasceram os bairros de: Jardim Centenário, Santo André, Jardim Paulista, Jardim São José, Bela Vista, e, depois, a Vila Izolina.

Dois anos antes, a Sherp, que depois virou a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo), havia iniciado a construção da Usina Hidrelétrica de Ibatinga, na qual trabalharam “milhares de pessoas”. Uma obra que deu “vida intensa” a Ibatinga, onde morava o pessoal da Cesp.¹⁵ O canteiro de obras, onde ficava a vila dos engenheiros, com lindas casas e um hotel, depois se transformaria numa das famosas pousadas da Cesp, mais tarde, privatizada, daria origem ao atual hotelfazenda de beira rio chamado “Villages”. Em 1968, quando o governador Abreu Sodré inaugurou

a hidrelétrica, foram inundados um canal e duas ilhas, transformando os rios Jacaré Pepira e Jacaré Guassu em imensas represas. O município perdeu boas terras, onde se plantava arroz. Chegou a ter até um dos mais modernos aeroportos da época, utilizados por aviões Avro, Samurais, Brasília, Bandeirantes e jatinhos.

Simultaneamente, o prefeito (médico) Olderige Dall’acqua enviou à Câmara um projeto que visava substituir os antigos telefones a magneto por telefones automáticos. A Câmara o rejeitou e a reação foi negativa. Os cidadãos de Ibatinga não queriam que o município permanecesse com telefones a manivela em pleno ano de 1965. Outra vez, com o apoio da rádio local, os modernistas venceram. O projeto acabou aprovado e Ibatinga tornou-se o primeiro município da região a ter telefonia automática, com seis algarismos, implantada pela então CTB (Companhia Telefônica Brasileira, depois Telesp) antes mesmo de Araraquara.

Mais uma forte posição cívica, que contou com apoio da grande imprensa de São Paulo, impediu, no mesmo período, que o ramal de estrada de ferro fosse desativado enquanto não houvesse pista de asfalto que interligasse Ibatinga a Araraquara (70 km que exigiam duas horas de viagem de automóvel). A decisão de aposentar a “Maria Fumaça” que por 50 anos ligou Ibatinga a São Carlos e a Novo Horizonte havia sido tomada em 1968, pelo governo Laudo Natel. Mas Ibatinga conseguiu permanecer por mais dois anos um “fim de linha” que passou a ser servido por máquinas movidas a diesel.

Outro pioneiro empreendedor, de origem italiana, foi Egídio Catalano. Ele tomou a iniciativa de implantar a primeira torre repetidora de sinais de televisão em Ibatinga. Nesse início de 1963, a imagem chegava sofrível, mas todos queriam assistir a famosa TV Tupi, canal 4. Logo depois, surgiu também a Record. Foi formada, ainda, na administração de Olderige

¹⁵ E também ao município vizinho de Jacanga, onde estava o pessoal da construtora Tenco.

Dall'Acqua a comissão que implantou o serviço de retransmissão que funciona até hoje. Segundo Tirso Falseti, o sistema implantado na torre, por Catalano, era muito peculiar: uma ratoeira e um despertador. Quando o despertador vibrava, a ratoeira desarmava e ligava a chave que colocava no ar os primeiros sinais de TV. E parece que esse sistema “automático” funcionou por muito tempo. O principal técnico de TV foi Sebastião de Moraes, que antes trabalhava “na roça”. Estudou por correspondência e fez, em 1970, a primeira transmissão local. Com equipamentos improvisados, levou a todos os aparelhos do município as imagens da matinê do principal clube da época: o CRI, Clube Recreativo Ibitiguense. (Rosa, 2000:82)

No setor comercial, empreendedor destacado foi Jean Habib Machaalani, mais conhecido por “João Machalani” que começou a vida como mascate no município vizinho de Arealva, tendo vindo muito moço do Líbano. Depois de montar a Casa São João, construiu o edifício Magazine São João e, mais tarde, a atual sede do Shopping São João. Também investiu em terras e na pecuária e ajudou muito o município no período em que seu amigo Paulo Maluf foi governador do Estado de São Paulo. Outro “turco” bem sucedido foi Abrão Haddad. Proprietário da Agência Ford de Ibitinga. Em 1966 foi sócio do já citado Kiko Robert no loteamento Jardim Centenário. Misto de comerciante e advogado ele é, acima de tudo, o cantor de tangos que adotou o nome de “Abrão de Ibitinga”, bem conhecido na noite boêmia de São Paulo, onde se apresenta com frequência. (Rosa, 2000:84-92)

No setor de transportes, destacou-se a figura de Antonio Pires, comprador, com alguns sócios, da empresa rodoviária que servia o trecho Ibitinga-Bauru. No início dos anos 60, passou a transportar passageiros para São Paulo. Mas, só tinham dois ônibus. “Um que ia e outro que vinha”. Depois formaram a empresa ‘Rodoviário Ibitiguense Ltda.’ – RIL, que passou a fazer a linha Ribeirão Preto a Bauru, passando por Itápolis. Consolidou-se nesse roteiro,

antes de se expandir para outras regiões do Estado. O nome nunca foi mudado, embora a sede da empresa seja hoje em Bauru. Outro caso parecido é o da Empresa Cruz, que faz Ibitinga a São Paulo há décadas.

Foi fundada por Pedro Cruz, mas sua sede foi para Araraquara. (Rosa, 2000:129)

Em suma, esse pequeno município de vinte e poucos mil habitantes (30 por km²), cuja maioria, ainda, morava fora da sede, e que quase não tinha indústrias (um frigorífico, uma serraria e uma colchoaria), exibia, em meados dos anos 1960, um setor terciário já bem diversificado. O que segue é uma relação incompleta de estabelecimentos citados nas memórias de Rosa (2000):

Cinco agências bancárias: Banco do Comércio e Indústria, Banco Moreira Sales (hoje Unibanco), Banco do Brasil, Banespa e Banco Mercantil de São Paulo.

Cinco revendedoras de veículos automotores: Willys (depois Chevrolet), Ford (Sivem), Volkswagen (Cidacar), Comercial Franceschini (Massey Ferguson, Mercedes e Posto Shell) e Tratores Deutz.

Mais três outros postos de gasolina. Várias oficinas mecânicas. Um amplo terreno dos irmãos Haddad, com estacionamento de carrocinhas e oficina de bicicletas.

Vários estabelecimentos comerciais polivalentes, como as citadas Casa São João, Casa Saad, a Casa Santos, a Casa Taufik. Uma loja de tecidos chamada Texidal. A loja das Casas Pernambucanas. Três armazéns (Franceschini, Sawaya e Doro), e a Casa das Torneiras.

Vários bares, como o movimentado São Luís, o Brasília ou o Marabá. Um grande restaurante, o Bambu do Ozório. Dois cinemas: Rio Branco e Paratodos.

Três farmácias: Fernandes, Custódio e do Ruy. Uma famosa banca de revistas e jornais do “Didi da Lambreta”.

Dois hotéis: Ibitinga e Henrique. Um despachante (Curdoglo). Um escritório de contabilidade. A Relojoaria Penachi. Duas alfaiatarias e dois estabelecimentos de fotografia.

Dois consultórios dentários, além do centro de saúde do doutor Dall'Ácqua. A Rádio Ibitinga e o Clube Recreativo Ibitiguense. As empresas de transportes Cruz, Ril e Sayon. O jornal "O Comércio e o alto falante "O Repórter".

De todos esses estabelecimentos, o que iria ter papel decisivo na fase posterior – a partir dos anos 70 - seria uma minúscula loja, vizinha do salão do Elpídio e do Escritório de Geraldo Carlini: a Loja Singer, de Gotardo Juliani.

3.1.2 Da crise ao grande impulso

No final dos anos 1960, o município de Ibitinga entrou em crise. Com a inauguração da Usina Hidrelétrica, a Cesp retirou seus funcionários, que haviam contribuído bastante para o dinamismo de meados da década. Diz-se que entre 1964 e 1968 "*casas eram disputadas pelos moradores temporários*". Ao contrário, entre 1969 e 1971 "*houve quebradeira no município*", atribuída por Rosa (2000:212) a uma crise nacional que teria tido "*fortes repercussões na região*". É uma explicação esquisita, pois o Brasil já vivia seu grande 'milagre' econômico. O mais provável, portanto é que a queda de demanda provocada pela saída do pessoal da Cesp tenha se somado a alguns problemas setoriais, como o já mencionado caso da falência do antigo frigorífico. Também, foi o "fim do trem". Com a eliminação de ramais ferroviários deficitários, foi condenado o que ligava São Carlos a Novo Horizonte e passava por Ibitinga.¹⁶

As lideranças locais – Associação Comercial à frente¹⁷ – não haviam esperado de braços cruzados peloim das obras da hidrelétrica. Ainda, durante a fase favorável, haviam tomado diversas iniciativas no sentido de atrair investimentos industriais para o município. O problema foi que todos acabaram não dando certo. A primeira frustração foi com a portuguesa CUF, que havia planejado instalar um complexo industrial em Ibitinga. Chegou a informar o governador Laudo Natel, mas acabou desistindo devido à crise que se seguiu à morte do velho ditador Salazar. Depois foram buscar investidores em Taiwan. Quando tudo parecia a caminho, houve rompimento de relações diplomáticas. E uma fábrica de embarcações náuticas (MacNav) chegou a erguer instalações às margens do Jacaré Guassu, mas fechou em apenas um mês, mal tendo tempo para produzir um iate... A única iniciativa desse difícil período, que não fracassou, foi a de um grupo local de pecuaristas que resolveu montar um novo frigorífico (Periol).

Neste ponto do relato, nada pode ser mais ilustrativo do que a reproduzir com todas as letras o depoimento do então presidente da Associação Comercial, o radialista Roque de Rosa:

Foi quando alguém disse: se não conseguimos as grandes indústrias, por que não partimos para as pequenas? Excelente sugestão e nova pergunta: e que pequena indústria temos nós para crescer? Logicamente Ibitinga já tinha inúmeras pequenas indústrias, muitas delas capengando com seus diretores constantemente às portas dos bancos pedindo ajuda financeira para continuar. Uma luta dura, mas vencida. Indústria de concreto, pequenas metalúrgicas, máquinas para beneficiar arroz e café, fábricas de gaiolas para avicultura, e por aí fora. (Rosa, 1983)

¹⁶ *Nem imaginava Laudo Natel que, muito breve, esse ramal voltaria a ser tão necessário, com a crise mundial do petróleo. Agora o sonho de industrialização local ficava mais longe. Sem trem, quem se interessaria por indústrias em Ibitinga?* (Rosa, 1983)

¹⁷ Na época a ACII (Associação Comercial e Industrial de Ibitinga) era presidida pelo radialista Roque de Rosa, principal fonte deste relato.

Lá num cantinho da rua José Custódio (...) uma placa modesta indicava: “Bordados Sampaio”. E quem desconhecia os produtos que dali saíam com tanta beleza e tanto capricho? Dona Dioguina, uma portuguesa originária da Ilha da Madeira, cuja família há muito se radicara em Ibitinga. Dedicava-se, há muitos anos, à produção de um bordado misto de artesanal e industrial, bem ao estilo português, feito à máquina e à mão ao mesmo tempo. Embora a família Sampaio sempre teve (sic) uma posição privilegiada e bem consolidada, dona Dioguina nunca deixou o bordado. Foi ensinando amigas, vizinhas, mocinhas, que, não tendo outra ocupação, iam até sua casa aprender e, mais tarde, industrializar o produto. Sem outra intenção, dona Dioguina manteve sempre sua pequena indústria que, já no início da década de 70, permitia o surgimento de outras concorrentes. Na rua Domingo Robert, “Confecções ZT”, iniciais de Zelinda e Terezinha, ocupava diversas bordadeiras. A senhora Grillo, desde o tempo de dona Dioguina, mantinha o mesmo caminho. Os poucos salões de borda dos e confecções infantis já eram, em Ibitinga, uma realidade. E não havia quem não gostasse daqueles produtos, verdadeiramente lindos para os quais compradores jamais faltavam. (Rosa, 1983)

Proliferava, então, “*nos arrabaldes de Ibitinga*” essa atividade informal e “*bem caseira*”. Os já famosos bordados de Ibitinga eram “*mascateados*” pelo Estado de São Paulo e pelo Brasil afora. Só que o aumento da demanda gerou uma forte disputa pelo principal instrumento de trabalho: uma máquina de costura da linha Singer, apelidada de “cabeça preta”, a única que dava bom rendimento ao trabalho das bordadeiras. Na sua falta, outras também podiam ser utilizadas, com uma produtividade que “*não compensava em termos industriais*”.

A “cabeça preta” era uma máquina antiga (e importada) cuja falta era obstáculo a essa atividade semi-artesanal do bordado, que parecia promissora. Por isso, no início dos anos 70, a duas lojas locais que vendiam máquinas de costura – a Vigorelli, de Egidio Catalano e a Singer, de Gotardo Juliani – procuravam-na por toda a parte. Mandavam buscar “cabeças pretas” usadas até em Fortaleza, segundo depoimento oral recolhido durante o trabalho de campo. Mesmo assim, a atividade continuava reprimida pela falta do melhor meio de produção.

Gotardo Juliani era um alfaiate que deixara a profissão para se dedicar a um outro pequeno negócio: a revenda Singer de Ibitinga. Ele percebeu que existia um outro tipo de máquina de costura da sua marca que também podia se adaptar bem ao bordado da dona Dioguina, desde que fosse feita uma pequena modificação. Retirando-se algumas peças internas do modelo “Singer 2OU”, que na época era fabricado no Japão, ficava possível fazer uma “abertura do ‘cheio’”, de aproximadamente um centímetro. Além disso, a máquina passava a proporcionar um rendimento excepcional.

Estava solucionado o principal entrave e, sem imaginar, nem de leve, foi esse trabalho que pesou decisivamente para o desenvolvimento da indústria que deu certo em Ibitinga. (Rosa, 1983)

O desdobramento dessa descoberta (ou invenção?) tecnológica em efetiva inovação não é difícil de adivinhar. A Singer traz seus técnicos japoneses para estudar a alteração e logo depois surge o modelo O21, que passa a ser fabricado no Brasil. Antes disso, enquanto a Singer japonesa continuou a exportar o 2OU, apesar das dificuldades com a Cacex, o alfaiate Gotardo Juliani já havia acumulado toneladas daquelas pecinhas que eram retiradas das máquinas que ele vendia. Parece que a Singer acabou comprando esse imenso e estranho rejeito...

Quase dez anos depois a Singer Internacional adquiriu os direitos da brochura “*Ibitinga – Exemplo de Exportação*” escrita pelo presidente a Associação Comercial, radialista Roque de Rosa, que foi traduzida para várias línguas. Também surgiram alguns filmes documentários. A revista *Seleções (Reader’s Digest)* de maio de 1982 publicou em 82 línguas um artigo de seis páginas ilustradas intitulado “A revolução industrial de Ibitinga”, que mostrava a eficiência da Singer 20U. A partir daí surgem outros modelos vindos do Japão. Na época, a principal marca concorrente foi a “Juki”. (Rosa, 2000:217)

Com a eliminação do gargalo tecnológico que limitara a produção dos bordados, surgiram muitos outros “salões domésticos”, onde mulheres e crianças eram ocupadas, familiarmente, no fabrico de colchas, lençóis e alguma confecção. Essa expansão foi relativamente rápida, já que era uma maneira de aumentar a renda familiar. Os homens só apareceram como “técnicos em confecção de bordado” a partir dos anos 80. Até então, tinham receio de aparecer. O “comando feminino” na economia ibitiguense pode ser aquilatado pela proporção de contas de mulheres nas agências bancárias: 50%.

Esse impulso da diversificação econômica de Ibitinga de meados dos anos 70 exigiu também outras iniciativas que geraram conflitos que, por sua vez, só puderam ser superados com outras inovações, desta vez institucionais. No início de 1974, calejado pelos insucessos obtidos nas tentativas de atrair grandes indústrias, o presidente da Associação Comercial, radialista Roque de Rosa, iniciou uma grande campanha pela Rádio Ibitinga para incentivar o crescimento da produção de bordados. Notara que o bordado produzido em Ibitinga estava dando renome ao município de São Pedro, muito freqüentado por turistas da cidade de São Paulo. Ao ouvir o programa “Rotativa no Ar” que a senhora Juliana Zapatta Camas (uma ibitiguense que já residia em São Paulo, mas era entusiasta de sua terra natal) teve a idéia de promover uma “Feira do

Bordado”, para a qual passou a pedir ajuda da população.

E Juliana, dona de excelentes relacionamentos na capital, vizinha de gente importante no Morumbi, arregaçou as mangas, buscando apoios aqui e fora daqui para realizar a Primeira Feira do Bordado de Ibitinga, em pleno início de setembro de 1974. É lógico que ela esbarrou numa oposição natural para concretizar seu intento. O prefeito Nicola Lucínio Sobrinho acatou a idéia e se colocou a disposição para dar todo apoio. Marcada a data, e iniciados os trabalhos, começaram a surgir os problemas. Juliana encontrava dificuldades nos seus relacionamentos, uma vez que, embora ibitiguense, morava fora e estava desambientada. Gênio forte, Juliana e também o prefeito. Surgiram problemas e diante da possibilidade desses problemas comprometerem o evento já marcado, o prefeito nomeou a doutora Imaculada Conceição de Masi Tonini, médica e com profundo tino organizativo, para completar o trabalho, mantendo Juliana como presidente de honra da primeira feira do bordado de Ibitinga. (Rosa, 2000:215)

Os dois dias de feira foram de grande sucesso. Publicidade bem feita em todo o Estado atraiu muitos turistas que ficaram surpresos com a qualidade dos bordados. Tudo foi vendido. Além disso, foi lançado um display com os dizeres “Visite Ibitinga, Capital Nacional do Bordado”. Iniciativa da Rádio, apoiada pela Lojinha Singer de Gotardo Juliani. Colocado nos pára-brisas de 500 automóveis, esse adesivo logo despertou uma polêmica. Artigo no jornal Folha de São Paulo condenou Ibitinga por tentar usurpar um título que seria merecido pelo turístico município de São Pedro. O assunto parece ter sido esquecido depois de um artigo publicado no mesmo jornal por Roque de Rosa, no qual mostrava que a produção de bordados em Ibitinga era bem superior (em volume e qualidade).

Todo esse burburinho chamou a atenção dos fiscais da Secretaria da Fazenda que certamente se perguntaram: que capital nacional do bordado é essa que não recolhe imposto? Em 1974 havia no máximo umas cinco firmas legalizadas. Houve, então, uma verdadeira blitz no município. Fiscais procuraram por todos os cantos eventuais produtores camuflados.

Gente escondendo máquinas e bordadeiras. Gente apanhada em flagrante vendendo mercadorias sem notas. Foi um horror. Alguém teria de ser culpado por tudo isso. Óbvio que fomos quatro: eu, Nicola, o prefeito, Gotardo, o homem da Singer, e Juliana a criadora da Feira do Bordado. Na época, recebi muitos telefonemas anônimos de gente irada por termos evidenciado o bordado e conseqüentemente provocado a fiscalização. Na verdade, começava aí a evolução de Ibitinga. (Rosa, 2000:216)

Tabela 16

Evolução demográfica de Ibitinga, 1960-2000

Anos	População Total	Na sede %	Densidade (hab/km ²)
1960	20.763	44,4 %	29,8
1970	23.968	62,4 %	34,4
1980	29.014	81,1 %	41,9
1991	38.084	90,0 %	54,9
2000	46.534	94,1 %	67,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE

A partir de 1975 Ibitinga se tornou um pólo de turismo comercial. Foi surgindo um colossal número de pequenas empresas do ramo de confecções. Da primeira à segunda feira (2^a. FEBI), o bordado sofreu um verdadeiro “boom”. Duplicou o número de salões. Implantou-se uma escolinha de bordados. Incentivou-se o trabalho diversificando-se os estilos. O bordado saiu dos jogos de cama para as toalhas de mesa. Surgiram as primeiras placas de salões que começavam a se legalizar. A 2^a. FEBI durou 10 dias e arrastou 25 mil pessoas de todo o Brasil e até do exterior.

De 1975 para 1976, tudo duplicava e de ano para ano a vida de Ibitinga foi mudando, se transformando e o bordado superou longe a agricultura, a pecuária, a avicultura e todas fontes de renda... (Rosa, 2000:216)

A agricultura logo começou a ressentir-se de falta de gente para trabalhar. Era preciso importar mão-de-obra de outros municípios para as colheitas de café, algodão, milho, arroz e tantos outros serviços. O mercado imobiliário ganhava novo fôlego. Surgiram umas vinte novas vilas e diversos conjuntos do BNH. Em pouco mais de cinco anos (até 1982), foram construídas 1.083 casas populares. E, ainda, havia uma enorme fila de espera. O Hotel Henrique construiu mais três andares. Logo depois, surgiu o Ibiti Palace Hotel, e modernos restaurantes. Enfim, o município de Ibitinga voltou a ser líder de uma microrregião do centro do Estado de São Paulo.

Foram tantas as mudanças socioeconômicas dos últimos vinte anos, que seria impossível tentar descrevê-las no âmbito deste relato. Mais importante do que contar o resto da fascinante história econômica de Ibatinga é fazer algumas comparações com municípios semelhantes. Isto é, municípios paulistas que em 2000 tinham população na faixa dos 40 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab/km². Mas, antes, vale a pena verificar na tabela 16, os nítidos impactos demográficos da mudança econômica que ocorreu em Ibatinga a partir dos anos 70. Depois de ter voltado, em 1980, ao seu pico histórico de densidade demográfica, houve mais dois forte saltos nas Dos outros 5 municípios paulistas que podem ser comparáveis a Ibatinga, nenhum teve crescimento populacional semelhante na década de 1990, como mostra a tabela 17.

O número de empreendimentos formais (unidades locais) é bem superior em Ibatinga. Há uma unidade para cada 22 habitantes (tabelas 18 e 19).

O número de ocupados em empreendimentos formais, também, é bem superior em Ibatinga, como mostra a tabela 18.

A renda (salários e outras remunerações) por ocupado é a mais baixa, como mostra a tabela 18.

Em Ibatinga, há um ocupado para cada grupo de cinco habitantes, o que é uma relação mais favorável que a dos outros municípios (tabela 19).

Tabela 17

Evolução populacional em seis municípios paulistas, 1991-2000.

Municípios	População 1991	População 2000	Varição	Varição %	Densidade 2000
Ibatinga	38.242	46.598	8.356	22 %	67,7
Sta. Cruz Rio Pardo	36.568	40.853	4.285	12 %	36,6
Itararé	41.840	46.523	4.683	11 %	46,4
Olímpia	42.907	45.893	3.076	7 %	57,2
Garça	41.492	43.163	1.671	4 %	77,7
Capão Bonito	46.442	46.716	274	1 %	28,5

Fonte: Censos Demográficos, IBGE

Tabela 18

Número de empreendimentos formais, seu pessoal ocupado e rendimentos, em seis municípios paulistas, 2000.

Municípios	Número de Unidades Locais	Pessoal Ocupado Total	% de Assalariados	Renda* (1.000 R\$)	Renda por Ocupado (1.000 R\$)
Ibatinga	2.081	9.317	73 %	34.736	3.728
Sta. Cruz Rio Pardo	1.247	6.414	81 %	29.719	4.633
Itararé	1.218	5.458	76 %	25.382	4.651
Olímpia	1.423	7.897	77 %	50.119	6.347
Garça	1.515	6.752	73 %	29.783	4.411
Capão Bonito	1.200	5.436	73 %	21.583	3.970

* Salários e outras remunerações. Fonte: Cemp/IBGE, 2000.

Tabela 19

Densidade de empreendimentos formais e seu grau de ocupação, em seis municípios paulistas, 2000.

Municípios	Número de ocupados por unidade local	Número de habitantes por ocupado	Número de habitantes por unidade local
Ibitinga	4,5	5,0	22,4
Sta. Cruz Rio Pardo	5,1	6,4	32,8
Itararé	4,5	8,5	38,2
Olímpia	5,5	5,8	32,3
Garça	4,5	6,4	28,5
Capão Bonito	4,5	8,6	38,9
Estado de São Paulo	7,0	3,9	27,6

* Salários e outras remunerações. Fonte: Cempre/IBGE, 2000.

Também, é bem superior, em Ibitinga, o número de micro e pequenas empresas (MPE) (tabela 20).

A composição setorial das MPE mostra, claramente, que Ibitinga é o mais industrializado dos seis municípios (tabela 20).

Tabela 20

Número e distribuição setorial de micro e pequenas empresas (MPE), em seis municípios paulistas, 2000.

Municípios	Número de MPE	Terciário %	Secundário %	Primário %	Habitantes por MPE
Ibitinga	1.916	67 %	32 %	1 %	24,3
Sta. Cruz Rio Pardo	1.210	85 %	14 %	1 %	33,8
Itararé	1.155	88 %	8 %	4 %	40,3
Olímpia	1.437	86 %	13 %	1 %	32,0
Garça	1.370	83 %	15 %	2 %	31,5
Capão Bonito	1.076	88 %	7 %	5 %	43,4

Fonte: Estimativas do Sebrae Nacional, 2000.

1. Conclusões

Tanto a apresentação mais circunstanciada do caso de Ibitinga, quanto as considerações anteriores reforçam a suposição de que Myrdal (1960) talvez tenha mesmo subestimado dois aspectos fundamentais do desenvolvimento territorial:

- > economias externas não são exclusividades daqueles centros econômicos que “por razões fortuitas” saíram na frente e ganharam poder de atração;
- > pelo menos uma dessas economias externas – chamada por ele de “espírito de nova empresa” – pode se manifestar de forma tardia em localidades nas quais “a estagnação ou regressão relativa” já parecia ser norma.

A principal motivação deste estudo não se limitou à tese de Myrdal (1960). Pretendia encontrar evidências – mesmo que preliminares – que pudessem ajudar no eventual esclarecimento de dois mistérios:

- > as razões do maior grau de empreendedorismo privado que se manifesta em certas localidades;
- > as razões da maior capacidade de articulação coletiva que se manifesta em uma pequena parte dessas localidades de maior grau empreendedor.

De todos os comentários que poderiam ser feitos sobre estas duas questões com base no que foi pos-

sível apurar neste estudo, o principal só poderia remeter o leitor àquilo que tem sido chamado de “formação de capital social”. Isto é, a idéia segunda a qual é a existência de um mínimo de confiança coletiva que condiciona a reação de um território ao esgotamento de atividades lucrativas que até então garantiam seu progresso. Também é ela que condiciona a reação desse mesmo tipo de município a uma crise, quase sempre motivada por difíceis combinações de fatores externos e internos.

Tem toda razão Sachs (2002:208) quando diz ser tautológico atribuir casos de sucesso no desenvolvimento local à existência de relações de amizade, tradições comuns, além do interesse em unir forças para melhor enfrentar o darwinismo social de mercado.

Mesmo assim, os resultados deste estudo confirmam e reforçam uma idéia semelhante que, conforme lembra Veltz (2002), veio se impondo progressivamente nos últimos dez ou quinze anos. A de que o desenvolvimento dos territórios resulta essencialmente de costuras bem feitas entre atores privados e públicos que - apoiados em instituições adequadas - formulam e propõem projetos pertinentes e mobilizadores. Não se trata de uma romântica volta ao voluntarismo localista, mas de uma hipótese ancorada em constatações empíricas sobre a heterogeneidade do dinamismo territorial.

Referências Bibliográficas

BLAUG, Mark (ed.) *Frank Knight (1885-1972), Henry Simons (1899-1946), Joseph Schumpeter (1883-1950)*. Coleção Pioneers in Economics, 37, An Elgar Reference Collection, Edward Elgar Publishing Limited, 1982.

BLOMQUIST, W. *Getting out of the trap: changing an endangered commons to a managed commons*. PhD. Dissertation, Indiana University. (apud Ostrom, 1990), 1987.

BRUSCO, Sebastiano “The Emilian model: productive decentralisation and social integration”. *Cambridge Journal of Economics* 1982, 6, 167-184.

CANTILLON, Richard (1755) *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Curitiba: Segesta Editora, 2002.

CASSON, Mark (ed.) *Entrepreneurship*, The International Library of Critical Writings on Economics, An Elgar Reference Collection, 612 p. 1990.

- CASTILLA, Emilio J., Hokyu Hwang, Ellen Granovetter and Mark Granovetter “Social networks in Silicon Valley” in: Chong-Moon Lee, William F. Miller, Marguerite Gong Hancock and Henry S. Rowen, (eds.) *The Silicon Valley Edge; A habitat for innovation and entrepreneurship*. Stanford University Press, 2000.
- DOLABELA CHAGAS, Fernando Celso. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- FILION, Louis Jacques. *Les entrepreneurs parlent*. Les éditions de l'entrepreneur, 1991, *apud* DOLABELA CHAGAS, Fernando Celso. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- FILION, Louis Jacques (1999). “O empreendedorismo como tema de estudos superiores”, in: Instituto Osvaldo Lodi, *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*. Brasília: CNI. IEL Nacional, 2000.
- HARDIN, G. “The tragedy of the commons”, *Science* 162:1243-8, 1968.
- HIGGINS, Benjamin & Donald J. Savoie *Regional development theories & their application*. New Brunswick, New Jersey: Transactions Publishers, 1997.
- IBGE. *Estatísticas do cadastro central de empresas 2000*. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência do Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- IGLIORI, Danilo Camargo. *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. São Paulo: Fapesp/Iglu, 2001.
- JOHNSON, P.S. & D.G. Cathcart The founders of new manufacturing firms: a note on the size of their ‘incubator’ plants”. *The Journal of Industrial Economics*, volume XXVIII, n. 2, dez., pp. 219-374, 1979.
- KANBUR, S.M. (1980) “A note on risk taking, entrepreneurship, and Schumpeter” *History of Political Economy* 12:4, reproduzido em Blaug, 1982.
- KENNEY, Martin & Urs Vong Burg. “Institutions and economies: creating Silicon Valley”. In: Martin Kenney (ed.) *Understanding Silicon Valley; The anatomy of an entrepreneurial region*. Stanford University Press, 2000.
- KNIGHT, F.H., *Risk, uncertainty and profit*. Houghton Mifflin, Boston: 1940, 5a. edição, 1940.
- McCLELLAND, David Clarence (1971) *Motivating economic achievement*. New York: Free Press, 1971.
- MARSHALL, Alfred *Princípios de economia*. (Coleção “Os Economistas”) São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. (tradução da 2ª. edição inglesa, Gerald Duckworth & Co. Ltd., setembro de 1957). Rio de Janeiro: ISEB – Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- _____. *O valor em teoria social*. (tradução do original norte-americano, s/d). Coleção “Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo: Pioneira-Edusp, 1965.
- _____. *Subdesenvolvimento*. (tradução do original inglês). Brasília: Coordenada Editora de Brasília, 1970.
- _____. *Contra a corrente; Ensaio crítico em economia*. (tradução do original inglês, ed: Pantheon Books & Randon House, 1972). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1977.
- _____. *Aspectos políticos da teoria econômica*. (tradução de *The political element in the development of economic theory*. Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd. 3a. impressão, 1961). Coleção “Os Economistas”, São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- OAKERSON, Ronald J. & Roger B. Parks “Citizen voice and public entrepreneurship: the organizational dynamic of a complex metropolitan county. *The Journal of Federalism*, Vol. 18 (Fall 1988), 91-112, 1988.
- OCDE. *Fostering Entrepreneurship*, Paris: Ocede, 1998.
- O’FARRELL, P.N. & R. Crouchley (1984) “An Industrial and spatial analysis of new firm formation in Ireland”. *Regional Studies*, 18, 221-36, 1984.
- OSTROM, Elinor (1965) *Public entrepreneurship: a case study in ground water management*. PhD Dissertation, University of California – Los Angeles, 1965.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons; The evolution of institutions for collective action*. Coleção Political Economy of Institutions and Decisions, Cambridge University Press, 1990.

ROSA, Roque de. *Ibitinga: exemplo de exportação*. [s.l.:s.n.], 1983.

_____. *Retalhos; meus tempos de Ibitinga*. Ibitinga, SP: MG Editora, 2000.

SACHS, Ignacy. *O gato de alice e outras crônicas*. Pensando o Brasil às margens do Sena. São Paulo: Cortez, 2002.

SAY, Jean Baptiste. *Tratado de Economia Política*. Tradução Calmam Lévy. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)

SCHINDLER, Anamaria; NAIGEBORIN, Vivianne. Empreendedorismo social e desenvolvimento. *Artigo*. Senac, 2003. No prelo.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Business cycles*. New York: McGraw-Hill, 1939.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

VECCHIATTI, Karin. *Regiões rurais têm futuro?* 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VEIGA, José Eli da. A convergência entre evolucionismo e regulacionismo. *Revista de Economia Política*, v. 20, n. 2 (78), pp. 141-156, abr./jun., 2000.

_____. *Cidades imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VELTZ, Pierre. *Des lieux et des liens*. Politique du territoire à l'heure de la mondialisation. Paris: Éditions de l'Aube, 2002.

ANEXO 1

Sumário da coletânea *Entrepreneurship*, organizada por Casson (1990)

PARTE 1

Teoria econômica

Risco e incerteza	Autores
	1) R. Cantillon (1775)
	2) F.H. Knight (1921)
	3) R.E. Kihlstrom & J.J. Laffont (1979)
	4) W.J. Baumol (1968)
Processo de mercado	Autores
	1) R. Cantillon (1775)
	2) F.H. Knight (1921)
Inovação	Autores
	7) J.A. Schumpeter (1934)
	8) R.R. Nelson & S.G. Winter (1978)
	9) G.A. Calvo & S. Wellisz (1980)
O empreendedor e a firma	Autores
	10) J.S. Mill (1848)
	11) A. Marshall (1921)
	12) M.C. Casson (1982)
	13) B. Loasby (1983)

PARTE 2

Evidência empírica sobre firma e indústria

Novas firmas e entradas no mercado	Autores	
	14) D.S. Evans & L.S. Leighton (1989)	
	15) D.J. Storey & A.M. Jones (1987)	
	16) R. Highfield & R. Smiley (1987)	
	17) Z.J. Acs & D.B. Audretsch (1989)	
Inovação e tamanho da firma	Autores	
	18) Z.J. Acs & D.B. Audretsch (1987)	
	19) R.M. Knight (1985)	
	20) R. Rothwell & W. Zegveld (1982)	
Emprego e crescimento regional	Autores	
	21) S. Brusco (1982)	
	22) P.S. Johnson & D.G. Cathcart (1979)	
	23) P.N. O'Farrell & R.Crouchley (1984)	
PARTE 3		
	Cultura e desenvolvimento econômico	
	Personalidade e motivação	Autores
		24) M. Weber (1930)
		25) D.R. Young (1986)
		26) B.W. Ross (1987)
27) P. Mathias (1967)		
Imigrantes, mobilidade social e cultura	Autores	
	28) R.D. Waldinger (1986)	
	29) B. Sarachek (1978)	
Desenvolvimento e declínio	Autores	
	30) H. Leibenstein (1968)	
	31) N.H. Leff (1978)	
	32) D.H. Aldcroft (1964)	
	33) L.G. Sandberg (1981)	
	34) M.J. Wiener (1981)	

